



BB e CAIXA: Inscrições para delegado(a) sindical vão até 10/12

Termina na terça-feira, dia 10 de dezembro o prazo de inscrições de candidaturas a delegado(a) sindical no BB e na Caixa. Para que o(a) associado(a) tenha o direito de votar e ser votado, deverá ter no dia das eleições, no mínimo 03(três) meses de associado(a) ao sindicato e estar quite com suas obrigações sindicais.

As inscrições de candidaturas começaram no dia 02/12 e vão até a próxima terça-feira, dia 10 de dezembro de 2024, junto a secretaria geral da entidade.

Os delegados sindicais são os representantes dos bancários em seus locais de trabalho. Eles fazem



a ponte entre esses trabalhadores e a entidade sindical, levando sugestões e denúncias desses empregados, para que o sindicato possa atuar junto aos bancos.

Datas da eleição e posse:

As eleições ocorrerão no período de 11 a 13 de dezembro de 2024 e a posse dos eleitos será no dia 17 de dezembro de 2024.

O mandato é de 01 ano.

Por mais dignidade e direitos para as pessoas com deficiência

São muitos os desafios no enfrentamento ao capacitismo em todo mundo. Garantir mais dignidade, direitos, inclusão e acessibilidade nos mais diversos ambientes é fundamental. Estima-se que 16% da população mundial têm algum tipo de deficiência, o que significa quase 1,3 bilhão de pessoas, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde).

Por isto a importância do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que foi comemorado nesta terça-feira, 3 de dezembro. A data foi criada em 1992 pela resolução nº 47/3 da Assembleia Geral

das Nações Unidas para promover a compreensão das questões da deficiência e mobilizar apoio à dignidade, aos direitos e ao bem-estar das PCDs (Pessoas Com Deficiência).

No Brasil, aproximadamente 18,5 milhões de pessoas vivem com alguma deficiência, de acordo com a PNAD Contínua de 2022. No sistema financeiro, são 17.417 bancários PCDs no país ou 4% da categoria, mas o movimento sindical está mobilizado para que os bancos ofereçam condições de trabalho dignas e com acessibilidade para esses trabalhadores.

Saúde no radar das prioridades para 2025

O crescimento do adoecimento entre os bancários e as bancárias em todo o país, resultado da política perversa de cobrança por resultados e, conseqüentemente, assédio moral, é assustador e precisa ser enfrentado urgentemente no setor bancário.

Essa será uma das pautas prioritárias do Coletivo de Saúde da Contraf-CUT para 2025. As definições foram feitas durante Encontro Nacional realizado nos dias 26 e 27 de novembro, em São Paulo.

O Diretor de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região MS, Edegar Alves Martins, marcou presença no encontro e ajudou a formular as diretrizes para as ações que serão colocadas em prática pelos sindicatos no próximo ano.

A Reforma Trabalhista só nos trouxe prejuízos

A ampliação da terceirização é um dos incontáveis prejuízos gerados pela reforma trabalhista. No caso dos bancos, o Santander tem se destacado na contratação fraudulenta. Há alguns anos, demite os funcionários e recontrata como PJ por meio de outras empresas do grupo, para fazer as mesmas atividades. Na prática, o banco espanhol usa o artifício para retirar o trabalhador da categoria bancária e, conseqüentemente, deixar de pagar os direitos, como PLR, FGTS, bolsas de estudo e o 13º salário. De quebra, ainda rebaixa os salários.

Outra vez o Santander

Quando o assunto é atacar os direitos dos funcionários, o Santander "tira de letra". Sem qualquer negociação ou comunicação ao movimento sindical, o banco quer acabar com a marcação de ponto dos gerentes de contas empresariais, chamadas contas PJ, alegando que vai dar mais flexibilidade à organização do horário de trabalho de cada empregado. É evidente que os representantes dos bancários não compactuam com a prática desumana. Destacam ser essencial que a jornada seja respeitada até mesmo nos casos de visitas externas para atendimento aos clientes.

Faz parte da democracia

Para a democracia avançar no Brasil efetivamente é essencial acabar com a injustiça fiscal que vigora atualmente, na qual o trabalhador paga imposto e o rico, não. O projeto do governo Lula que isenta de IR quem ganha até R\$ 5 mil requer pressão da sociedade para passar pelo Congresso Nacional. As elites não estão dispostas a perder nem um centavo. Não há disposição em ceder. Querem que os trabalhadores continuem a carregar a carga tributária do país nas costas, enquanto as grandes fortunas seguem livres de impostos.